

Comunicação, Cultura e Novas Formas de Conflituosidade

Mohammed Elhajji

Doutor em Comunicação e Cultura, professor do Programa
de Pós-Graduação da ECO-UFRJ, pesquisador do CNP
mohahajji@eco.ufrj.br

Resumo

A finalidade deste trabalho é tentar estabelecer parâmetros epistemológicos e conceituais de acompanhamento e análise dos aspectos conflituosos nas relações interculturais e interétnicas; particularmente no caso dos grupos étnicos, culturais ou confessionais caracterizados por sua múltipla lealdade e sua identidade dupla ou hifenizada. “Comunicação, Cultura e Conflitos” se impõe, neste sentido, como o campo teórico (mesmo que esteja ainda em processo de estruturação) que melhor reflete a complexidade sociopolítica da contemporaneidade e a realidade geocultural da globalização.

Abstract

The aim of this paper is to try to establish epistemology and conceptual parameters of accompaniment and analysis of the conflictive aspects among intercultural and interethnic relations; particularly in the case of the ethnic groups –cultural or confessional characterized by its multiple loyalty and pair or hyphenized identity–.

Palavras-chave

Comunicação, cultura, conflituosidade.

Key words

Communication, culture, confliction.

Introdução

O presente texto é o primeiro esboço de uma tentativa de conceituação de um campo de estudo e investigação sociocultural ainda em estruturação. Trata-se da problemática da conflituosidade, enquanto catalisador principal na conformação da paisagem intercultural contemporânea, e a sua correlação com a esfera comunicacional organizacional comunitária. Num momento de deflagração generalizada do sentido e do sentimento, a comunicação comunitária se revela, de fato, um atrator natural para todos os fluxos discursivos e subjetivos (diversos e/ou adversos) que subtendem as instâncias de enunciação de nossas identidades coletivas, de modelagem de nossas narrativas compartilhadas e a partir dos quais se tecem nossos projetos existenciais imediatos e futuros.

O acompanhamento e a análise dos rastros midiáticos desses fluxos pode constituir um instrumento eficiente de apreensão e visualização do atual movimento de deslocamento do curso da História e de redirecionamento de sua trajetória social e política. “Comunicação, Cultura e Conflitos”, enquanto horizonte epistemológico, oferece um quadro reflexivo altamente operacional, seguro e confiável para manobras teóricas inéditas e audaciosas, capazes de trilhar profundamente a complexidade sociopolítica da época contemporânea e retrazar de modo bastante fiel o emaranhado geocultural da era global (Boris, 2000).

O Significado Sociopolítico da Etnicidade

A realidade sociopolítica contemporânea é marcada pela flagrante *inequação* entre os planos nacional-estatal e cultural-identitário. Os fluxos e refluxos migratórios devidos aos processos de colonização e descolonização, assim como à explosão de setores econômicos e industriais usuários de mão de obra numerosa e/ou de competências específicas, deixaram rastros definitivos na topografia social da maior parte do planeta. A utópica homogeneidade cultural, confessional, étnica ou lingüística, que sustentava os ideais nacionais e nacionalistas herdados da alta modernidade, não passa mais de um referencial abstrato relegado aos manuais da História positivista.

Inúmeros estudos demonstraram, ao longo do século, que a questão étnico-cultural é central para qualquer esforço de compreensão das

transformações sociais em curso. Apesar de todas as estratégias de sistematização da experiência humana e de seu enquadramento no projeto jacobino, de neutralização dos anseios de singularidade e de diferença, as manifestações identitárias acabaram se impondo como pólo aglutinador das subjetividades e base de organização comunitária de segmentos importantes da sociedade.

“(...) olhando-se à volta, começou-se a perceber que a etnicidade vigorava nos quatro cantos do mundo, e de que era a hidra do século XX. Em Nova Iorque, através do aparente cadinho de raças, grande parte das atividades de um cidadão comum processavam-se dentro de suas comunidades étnicas (...) inclusive as pensadas como mais racionais: o crédito e o comércio utilizavam amplamente esses canais. A Máfia seria apenas a mais aparente dessas grandes empresas construídas sobre a etnicidade” (Cunha, 1979: 35).

O desejo de diferenciação das comunidades humanas é inerente a seus próprios processos de auto-organização e de afirmação enquanto entidades coesas e coerentes. Ao se estruturarem em torno de seus sistemas comuns de classificação e de representação do real, os grupos sociais visam a instituição e a perpetuação de uma marca distinta capaz de consolidar seus interesses materiais, ideológicos e afetivos. No afã de assegurar sua continuidade e se impor enquanto diferença diante outras formas sociais, a comunidade é obrigada a definir seu projeto existencial e delimitar seus campos e níveis de operacionalidade. Neste sentido, o marco identitário tem um conteúdo reflexivo e uma dimensão comunicativa que ordenam seu posicionamento e sua hierarquia no quadro geral da sociedade.

De fato, uma das características da sociedade moderna é a sua complexa composição por categorias “sociais distinguíveis com continuidade histórica”, sejam elas classes sociais ou grupos de afinidades, e a coexistência, “harmoniosa ou não”, de uma pluralidade de tradições cujas motivações podem ser ocupacionais, étnicas, religiosas ou outras (Velho, 1987). Por outro lado, apesar de sua ação desterritorializante e uniformizante, esse modelo organizacional estimula, dialeticamente, a formulação de quadros comunitários não-instrumentais propícios à afirmação da singularidade e à resistência às tentativas de sua homogeneização.

É verdade que o contexto moderno favorece, em primeiro lugar, as articulações a caráter vocacional, reduzindo os quadros identitários a sua função opcional, cujo objetivo não é a expressão efetiva de subjetividades singulares, mas apenas o aproveitamento da possibilidade de construção de uma narrativa que sustente os interesses e os ideais do sujeito. Pois, “reduzido a um estágio de virtual impotência como indivíduo, o habitante urbano esforça-se para fazer parte de grupos organizados de interesses semelhantes para obter seus fins” (Wirth, 1979: 119). As instâncias de enunciação da cultura do grupo, enquanto marcas diferenciadas, passam, assim, a se expressar sob novas formas e via novos canais, de tal maneira que possam conciliar a preocupação identitária com outras articulações a caráter vocacional ou profissional.

Porém, por sua capacidade de se organizarem paralelamente e até em função das determinações do mercado, essas instâncias têm o vantagem de constituir uma manifestação viva do desejo visceral de ser e de se afirmar enquanto marca diferenciada num mundo que funciona no princípio da uniformização e categorização das populações, artificialmente sintetizadas e congeladas nas premissas estatísticas e projeções de necessidades e hábitos de consumo.

A identidade étnico-cultural (que pode incluir elementos nacionais, lingüísticos e/ou religiosos), em especial, se revelou um poderoso catalisador ideológico, capaz de secretar complexos mecanismos de estruturação da vida social sob todas as suas formas. Funcionando, notadamente, como molde (parcial ou predominante) dos quadros simbólicos que estabelecem os critérios de reconhecimento e as regras de conduta dentro do próprio grupo e nas relações com o resto da sociedade.

“Paris, Nova Iorque ou Londres (...) são constituídas por uma constelação de entidades regionais ou étnicas onde são vividos, no dia-a-dia, práticas e costumes característicos que parecem anacrônicos para os modos de vida unificados e banalizados de uma civilização mundial dominante” (Maffesoli, 1984: 53).

Todavia, essa multiplicidade dos quadros identitários que, com certeza, é uma preciosa fonte de riqueza simbólica, pode também ser (e geralmente é) portadora de conflitos latentes ou manifestos e incompatibilidades potenciais ou expressas em termos de lealdade e de recon-

hecimento, tanto ao nível abstrato dos valores culturais e civilizacionais como no plano organizacional concreto de atitudes e comportamentos sociais e políticos.

“O outro aspecto (...) é a tendência de um grupo a explicitar a sua particularidade, aquilo que o distingue de outras formações culturais. Neste caso, identidade cultural diz respeito à totalidade dos campos identitários (psicológicos, lógicos, políticos) e à cultura como singularização do grupo, o que leva ao conceito de *nação*”. (Sodré, Muniz. 1999: 47).

A Dimensão Geocultural da Globalização

Com o processo de globalização, a questão da múltipla lealdade e da incompatibilidade de valores está chegando ao paroxismo de sua exacerbação. Se o distanciamento geográfico e a relativa lentidão das comunicações da época pré-global ainda permitiam uma re-elaboração mais aprofundada da identidade minoritária no ambiente local, hoje, à medida que se configure uma nova esfera étnico-cultural transnacional; “*ethnoscape*” na expressão de Arjun Appadurai (1991), se torna mais problemática a desvinculação do universo simbólico de origem ou o afastamento das comunidades “irmãs” espalhadas pelo mundo.

Para uma apreensão construtiva das mudanças em curso, primeiro há de salientar a natureza info-temporal e tecno-organizacional do processo de globalização. Já que a particularidade da época contemporânea reside na rearticulação das relações sociais e de produção em torno das Novas Tecnologias de Comunicação.

A especificidade dessas tecnologias, por sua vez, consiste no deslocamento das instâncias de mediação política, econômica e social da dimensão espacial para a temporal, e a instituição do princípio de instantaneidade e de *imediatez* como base de regulação de nossa experiência significativa.

É conhecida a proposta de David Harvey (1993) de uma equação que possibilite o cálculo do grau de “encolhimento” do planeta em função da velocidade tecnicamente possível para cobri-lo. O que significa que as distâncias “vivas” entre diferentes pontos do espaço físico são inversamente proporcionais ao tempo necessário para atravessá-las, tornan-

do, assim, virtualmente possível a utopia do mundo como “um lugar só”, já que o próprio das NTCs é, justamente, a instantaneidade.

O conceito de globalização, portanto, não deve ser entendido em relação ao globo terrestre, mas sim no sentido da globalidade de uma ação ou de um processo, ou seja, a sua realização ou a sua vivência simultânea em múltiplos pontos do espaço. É essa equação que possibilita o surgimento efetivo e concreto das culturas e identidades transnacionais, fundadas numa origem comum (muitas vezes mítica), mas dialeticamente (in)-dependentes, em contradição, negação ou negociação dos quadros organizacionais estatais e territoriais tradicionais.

A teoria da globalização, através de seus principais formuladores, não deixou de chamar a atenção sobre essa correlação dialética ou até paradoxal existente entre o processo de globalização e a tendência generalizada de reterritorialização e de renraizamentos locais, particulares e transnacionais (Robertson, 1992; Featherstone, 1990). A mesma teoria é, com certeza, bastante prolixa quanto ao “imminente” esvaziamento das funções reguladoras do Estado-Nação, sua “extinção” anunciada, o ressurgimento de antigos e arcaicos tribalismos e a formação de novas bacias de subjetividades emancipadas do controle espacial e da gestão territorial.

Globalismo versus localismos, particularismos ou transnacionalismos são as duas faces de um mesmo fenômeno, como se pode observar na maior parte do planeta; onde o processo vem provocando reações abruptas e muitas vezes violentas por parte das culturas e das identidades singulares ou minoritárias ameaçadas pelo trator nivelador do mercado mundial e do molde existencial único. Reações que vão dos mais cruéis e sangrentos enfrentamentos até as mais diversas revoluções moleculares e estratégias micropolíticas de reterritorialização, reformulação e re-apropriação de territórios existenciais e espaços públicos ou comunitários.

Assim, vemos hoje florescer em todo o mundo, o desejo de elaboração de novas instâncias de produção da subjetividade e de enunciação das singularidades. Os métodos variam e se diversificam, mas o objetivo é o mesmo: resistir à força devassadora do “todo lugar” que de tanto usar de “lugares comuns” se revela nada mais do que “lugar nenhum”. Terra de ninguém onde a confusão só pode gerar a não-fusão, onde a identidade não passa de paralelismos distorcidos pela lente da “onivisão” midiática, por falta de ângulo e de perspectiva particulares.

A tensão entre a vontade de enraizamento própria aos particularismos culturais e a força centrípeta do universalismo mercantil constitui hoje, decerto, uma das principais linhas de ruptura tanto nas teorias sociais como nos próprios projetos existenciais de toda organização social. Por isso, neste contexto de ambivalência teórica causada pela superexposição das idéias, se faz necessária e urgente uma reflexão atenta às lógicas de relocalização, sensível às linhas de atrito entre o singular e o universal / o minoritário e o hegemônico, capaz de discernir o “todo lugar” do “lugar nenhum”.

De fato, ao mesmo tempo que assistimos à interconexão das diferentes partes do planeta no já real “sistema-mundo” e à transnacionalização de certos aspectos das culturas locais, se faz cada vez mais insistente a inconformidade com as fórmulas identitárias clássicas, buscando e propondo novos modos e novas modalidades de reenraizamento na diferença de seus respectivos “aqui e agora”. Assim, neste contexto de crises e rupturas, as identidades étnicas e culturais se tornam o verdadeiro motor da História, abrindo o caminho para a nova configuração política mundial de ordem, não mais ideológica no sentido tradicional, mas sim geocultural (Wallerstein, 1991; Kotkin, 1993; Huntigton, 1994; Lawrence, E., 2002).

A Questão Étnica no Brasil

No caso brasileiro, a questão étnica adquire contornos especialmente delicados, ambíguos e até paradoxais. Assim, ao mesmo tempo que a ideologia oficial de formação nacional peca por seu excessivo simplismo e linearidade reducionista, os atores implicados no processo de negociação da idéia de brasilidade, souberam usar de todas as estratégias discursivas possíveis para nuançar e “complexificar” os conceitos de identificação, pertencimento, lealdade e reconhecimento. “Ao nos aproximarmos da virada do milênio, o Brasil permanece sendo um país onde a etnicidade hifenizada é predominante, embora não reconhecida” (Lesser, Jeffrey, 2001: 20).

A configuração étnico-cultural brasileira atual é, decerto, bastante distante dos ideais eurocêntricos que moveram a construção da identidade nacional. O capítulo da História social e política da formação do país re-

gistra com fascínio a defasagem sistemática entre o discurso oficial e hegemônico e a química social responsável pelas trocas simbólicas espontâneas e imediatas.

“O que os recém-chegados entenderam, contudo, foi que o discurso aparentemente estático da elite era, na verdade, ambíguo (...) esses imigrantes tanto manipularam quanto modificaram o sistema, tornando-se, rapidamente, parte integrante da nação brasileira moderna, à medida que eles desafiavam as idéias de como essa nação deveria ser imaginada e construída” (Lesser, Jeffrey. 2001: 19).

Enquanto se pregava os ideais da cordialidade e da “democracia racial”, os preconceitos raciais, culturais e religiosos vigoravam de modo malicioso e perverso. Por outro lado, apesar de todas as tentativas de embranquecimento e europeização da população, ancorada em discursos de ordem tanto política como religiosa ou pseudocientífica, ninguém pode negar que a paisagem étnica (“*ethnoscape*”) no Brasil hoje é uma das mais diversificadas do mundo; um verdadeiro patchwork étnico-cultural.

São centenas de comunidades espalhadas pelo Brasil, compostas por dezenas de origens culturais, étnicas e confessionais diferentes. Uma população que, ao mesmo tempo que cumpre seus papéis e deveres de cidadãos brasileiros, não deixa de cultivar e cultuar suas raízes pré-migratórias. Os Brasileiros “de curta data” (Sodré, M. 1999), da 2^a., 3^a. e até 4^a. gerações, constituem hoje, um verdadeiro laboratório vivo das possibilidades de identidade hifenizada, combinando das várias maneiras possíveis cidadania plena e lealdade múltipla.

“O sentimento de serem diferentes e, mesmo assim, semelhantes era particularmente visível entre os não-europeus, que tinham mais a ganhar abraçando tanto uma nacionalidade brasileira uniforme, tal como imaginada, quanto suas novas etnias pós-migratórias. Essas identidades eram múltiplas e muitas vezes contraditórias, e os símbolos disponíveis para serem usados e re-trabalhados estavam em constante fluxo (...) Outros, contudo, recusaram-se a se categorizar nesses termos. Esses imigrantes (e seus descendentes) insistiram que novas categorias hifenizadas devem ser criadas sob a rubrica de brasileiros” (Lesser, Jeffrey. 2001: 20).

Trata-se de um modo singular de produção de subjetividade, de construção do imaginário coletivo e de organização das instâncias de enunciação da identidade do grupo. Os quadros simbólicos de referência próprios a esse tipo de etnicidade des/re-territorializada abrangem espaços afetivos, rituais e políticos difíceis de delimitar. E a relação entre o local, o global e o original (real ou mítico), neste contexto, se dá em termos bastante complexos, que podem ser tanto (ao mesmo tempo) confluentes como conflituosos.

Ora, a idéia geral superficial que se tem da etnicidade e das identidades hifenizadas, no Brasil, continua bastante binária, regida pelo discurso tradicional de cordialidade e de “democracia racial”. Pouco se sabe da visão complexa que esses grupos têm deles mesmos, de seus respectivos países e culturas de origem, do Brasil e do mundo global no qual eles se inscrevem.

Há, tanto por parte da mídia como da opinião pública, uma apreensão excessivamente romântica e exótica da relação desses grupos com o Brasil. O que só pode se explicar por um desejo inconsciente do próprio brasileiro (*de souche!*) se convencer que ele vive no melhor dos mundos possíveis ou uma tentativa tácita de exigir lealdade absoluta por parte dos imigrantes e de seus descendentes. É fácil constatar que existe uma certa dificuldade em conceber e admitir o direito do bi- ou transnacional à dúvida, à dualidade e à ambivalência; ou seja, o direito a uma atitude determinada historicamente.

Comunicação, Cultura e Conflitos

Mesmo se, ao contrário de países atentos ao potencial da imigração, aqui no Brasil, não dispomos de dados quantitativos significativos relativos ao retorno econômico, político e social dessa diversidade dos componentes étnicos e culturais da nação, não há dúvida sobre o fator potencializador de riquezas inerente à multiplicação dos quadros simbólicos e organizacionais de referência desses grupos. Porém, a falta desse tipo de estudo é sintomática quanto à inexistência generalizada de políticas étnicas ou culturais no país. Sendo que por política, não se entende aqui um poder coercivo ou uma competência gestonária, mas sim a capacidade reflexiva de auto-reconhecimento e autoprojeção.

Todavia, paralela e simultaneamente, não se pode ignorar que, em função do contexto sociopolítico geral (nacional e/ou internacional), essa multiplicidade de quadros simbólicos de referência e de lealdade constitui uma matriz fértil para potenciais atritos e conflitos de várias naturezas. Não se trata de brandir o espectro de um hipotético “fracasso do projeto cultural-identitário nacional”, já que a cultura e a identidade de um povo ou uma nação são o reflexo da dinâmica histórica que os subtende e não um modelo a ser imposto. Nem acreditamos na possibilidade de existência de uma suposta Identidade Única e (no) singular em algum lugar do mundo. Tampouco pretendemos questionar os inúmeros benefícios culturais e humanos da diversidade e da diferença.

Contudo, a nossa proposta (no quadro teórico de “Comunicação, Cultura e Conflitos”) é de não ignorar o caráter político e estratégico da etnicidade a seus níveis regional, nacional e global. Acreditamos, nesse sentido, na necessidade imperativa de organizar uma estrutura acadêmica institucional que seja apta a medir constantemente os movimentos e oscilações nos quadros simbólicos de identificação dos grupos étnicos e confessionais recém-estabelecidos no Brasil, tais como são refletidos por sua mídia comunitária. Trata-se de realizar uma radiografia geral desses mesmos quadros e de detalhar seus contornos em função de especificidades inerentes a um grupo dado ou à luz de eventos extraordinários internos ou externos.

“... a third generation Brazilian of Japanese descent remains “Japanese”, and not Japanese-Brazilian, while a fourth generation Brazilian of Lebanese descent may be called a “turco”, an “arabe” or even a “sírio”. Over the course of the twentieth century, being a Brazilian citizen has never ended the condition of foreignness” (Lesser, J. 2000)

Existe hoje, em várias universidades tanto na Europa como na América do Norte, uma linha de estudos chamada “Cultura e Conflitos”, voltada para as formas atuais de “*conflituosidade*” (Cf. <http://conflits.revues.org>). Todavia, seu defeito, a nosso ver, é de reservar à questão da comunicação (meios, sistemas e processos) um lugar apenas periférico e ocasional.

Ora, acreditamos que se a especificidade da contemporaneidade é a “reorganização das relações sociais e de produção em torno dos meios

de produção, difusão e controle da informação”, não há como não colocar a comunicação no centro da problemática.

O papel central da comunicação na nova ordem sócio-tecnológica criou uma base material e discursiva tão inédita para o desenvolvimento das atividades humanas no sistema social e tão específica historicamente, que acabou impondo a sua própria lógica à maioria dos processos sociais e condicionando, de maneira fundamental e irreversível, toda a estrutura da sociedade humana. As relações sociais de produção, por exemplo, não consistem mais em uma ação sobre as pessoas e as coisas, mas sim em uma interação entre as pessoas e a informação; ou melhor, numa proliferação de signos cada vez mais independentes agindo sobre o mundo e as pessoas.

O conceito de sociedade da informação atribuído à nossa época contemporânea diz respeito tanto à organização social (através da mudança de valores e padrões culturais efetuada pelo complexo midiático) e das relações de produção (consagrada pela predominância do setor terciário) em torno das tecnologias de comunicação, como também ao fato de essas tecnologias serem a principal base de crescimento econômico e de realização de lucro em nossa época.

Nossa proposta conceitual, portanto, é de elaborar um quadro reflexivo teórico-empírico voltado para os conflitos sociais a caráter cultural a partir de uma perspectiva comunicacional, e tendo como pano de fundo as transformações políticas, organizacionais e tecnológicas frutos da modernidade tardia. Nesse quadro teórico que chamamos de “Comunicação, Cultura e Conflitos”, devem ser incluídos estudos atentos aos aspectos culturais de determinados conflitos sociais ou políticos e realizados modelos analíticos que possam mapear tais situações e até prever seus desdobramentos possíveis; através, justamente, dos recursos comunicacionais usados e os discursos neles expostos ou construídos.

Acreditamos que um delineamento mais detalhado dessa configuração teórica (“Comunicação, Cultura e Conflitos”) pode fornecer ao estudioso e ao pesquisador preciosos subsídios epistemológicos para fundamentar um verdadeiro mapeamento dos discursos identitários, políticos e organizacionais das populações brasileiras de “curta data”. A finalidade de tal abordagem é a construção de uma memória nacional diversificada, diferenciada e “diferenciada”, que inclui suas minorias e se inclui na dinâmica global da História. Sendo que a soma das vozes emitidas pelos gru-

pos étnicos, culturais e confessionais, através de sua respectiva mídia comunitária, acaba constituindo um indicador geral a ser recebido e compreendido pela sociedade na sua totalidade. Na medida que as minorias componentes da paisagem política, social, cultural, confessional e étnica da sociedade não são franjas externas que devem apenas delimitar o conjunto, mas sim elementos constitutivos da sociedade, ativos e atuantes no desenrolar de sua trajetória e seu percurso civilizacional.

Mídia Comunitária e Estruturas Discursivas do Grupo

Portanto, em função deste panorama geral, nos parece necessário iniciar um esforço sistemático de acompanhamento e análise da mídia comunitária desses grupos; no sentido de uma tentativa de restituição de seus mapas políticos e cognitivos, do modo mais fiel possível. Tendo a mídia comunitária (étnico-confessional no caso que nos interessa), de fato, esse mérito de oferecer um discurso reflexivo, organizado, aberto e público sobre o próprio grupo, sobre os Outros e sobre o mundo.

A opção por limitar esse campo empírico à mídia “institucionalizada”, não significa ignorar os níveis mais sutis das práticas sociais ou desqualificar as dinâmicas discursivas subjacentes às diversas instâncias de produção de sentido das organizações comunitárias. Mas, cremos que, no atual espaço democrático, o discurso público investido da autoridade representativa, estabelecida e reconhecida pelos próprios membros do grupo, deve ser particularmente valorizado. Já que, é por meio desse mesmo discurso que os grupos minoritários (étnicos e confessionais) elaboram as suas estratégias de legitimação e formação de consenso, tanto entre o seu público interno como junto à sociedade.

Se, como sabemos, as diferentes classes e grupos estão sempre envolvidos numa “luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme aos seus interesses” (Bourdieu, Pierre. 1982: 11), os discursos desenvolvidos por eles constituem o melhor termômetro para compreender e discernir os objetivos e as regras desta luta; já que toda organização social é estruturada, primeiramente e antes de nada, no plano discursivo. Portanto, a importância dos discursos politicamente fundamentados e socialmente coerentes não se limita à sua capacidade de representação do real, mas sim de sua eficácia em pro-

duzir sentido e estabelecer o consenso necessário para a sobrevivência do grupo enquanto tal e a sobrevivência política e identitária de seus membros tanto dentro do grupo como no seu relacionamento diário com os diversos segmentos da sociedade na sua totalidade.

Ou seja, tais discursos, essenciais no processo de produção e reprodução do sentido, não são formas inocentes ou inconscientes de uso da linguagem, mas sim construções ideológicas reflexivas que objetivam provocar um impacto na cognição social de seus receptores internos e externos. Eles desempenham, assim, um papel intencional crucial na validação, expressão e legitimação de seu universo social, cultural e político, aos próprios olhos dos membros do grupo e aos olhos do mundo. Não é por acaso que os grupos étnico-profissionais, tanto no Brasil como no resto do mundo, geralmente são dotados de uma eficiente mídia comunitária que assegura a sua coesão social, cultural e política aos níveis local, regional, nacional e global.

Os grupos étnicos e culturais sentem o imperativo de se manifestar sobre a realidade social e política na qual eles se inserem para se posicionarem com relação à sociedade e oferecer a seus membros um quadro coerente de ação. De fato, há uma dependência estreita entre as formas organizacionais de uma comunidade e as suas instâncias de enunciação de seu projeto sócio-histórico, na medida que, ao elaborarem as suas práticas discursivas, procuram desenvolver estratégias que atuem como dispositivos simbólicos na disputa pela imposição do sentido.

Conclusão

Para concluir nosso percurso reflexivo, acreditamos que seja de certa pertinência optar por apontar algumas das finalidades provisórias desse campo teórico em estruturação; no afã de permitir uma melhor delimitação de seu horizonte epistemológico, um desenho fiel de seu contorno investigativo e uma medida exata do alcance da metodologia nele desenvolvida. Como todo campo de pesquisa atravessado por construtos teóricos e relevos empíricos, “Comunicação, Cultura e Conflitos” deve objetivar uma normatização clara e coerente dos termos de sua análise e a sistematização abrangente das regras, modos e modalidades de sua aplicabilidade.

Há necessidade, para isso, de levantar marcos teóricos significativos que possam iluminar as regiões visadas e lhes outorgar a clareza cognitiva requerida. Dentre outras, pode-se salientar:

O aspecto histórico relativo aos suportes, às instâncias e às estratégias historicamente usados pelas comunidades étnicas e confessionais minoritárias na enunciação da sua identidade e na disputa pelo sentido;

A natureza discursiva das organizações comunitárias e os tipos de discurso usados atualmente pelos movimentos nacionais e sua “adequação” à metanarrativa globalizante e transnacional, em oposição aos discursos ideológicos usados nos contextos políticos marcados pelo ideal do Estado-Nação;

O universo simbólico criado por essa mídia, as vozes existentes nesse tipo de discurso, a construção argumentativa do discurso em questão, as estratégias usadas para a constituição do ideal comunitário e, eventualmente, a desqualificação de outros discursos concorrentes;

O fato comunicacional relativo à contextualização da problemática no âmbito das transformações tecnológicas e organizacionais atuais;

A questão da etnicidade no contexto moderno e global e seu correlato de *conflituosidade cultural*.

Por outro lado, no plano empírico, deve-se privilegiar um recorte capaz de possibilitar uma melhor percepção do alcance político e identitário do discurso desses grupos. E que, reciprocamente, pode permitir uma re-leitura dos princípios de brasilidade, lealdade e reconhecimento à luz da configuração teórica relativa aos novos sentidos da *conflituosidade cultural*. Destacamos as seguintes trilhas:

O levantamento dos grupos étnico-nacionais ou religiosos que se caracterizam pela imigração recente, a nacionalidade brasileira de curta data e a múltipla lealdade política, e não apenas pela pluri-identificação cultural transnacional (portanto não incluindo os segmentos raciais e sectários endógenos, ainda que minoritários como os Negros, Evangélicos ou seguidores das diversas seitas religiosas existentes no Brasil). Um levantamento preliminar sugere que são dezenas de grupos espalhados pelo Brasil afora que podem se enquadrar nesses critérios.

Confrontar ou superpor o mapa étnico-confessional brasileiro de curta data ao mapa mundial das crises e conflitos a caráter étnico, religioso ou regional. A partir desse duplo mapeamento, estabelecer um quadro cultural, político, étnico e religioso dos grupos nevrálgicos presentes no Brasil.

Proceder a uma análise detalhada do discurso construído por essa mídia em torno de fatos e eventos extraordinários (o 11 de setembro por exemplo) ou datas de significado político ou cultural relevante (eleições no Brasil e nas regiões de origem, datas religiosas ou nacionais particulares, etc...).

Bibliografia

- APPADURAI, Arjun. (1991) *Global Ethnoscapes: Notes and Queries for a Transnational Anthropology*. Santa Fé: School of American Research Press.
- BALIBAR, E. & WALLERSTEIN, I. (1988). *Race, Nation, Classe: les Identités Ambigües*. Paris: La Découverte.
- BHABHA, H. K. (1998). *O Local da Cultura*. Belo Horizonte (MG): Ed. UFMG.
- BOURDIEU, Pierre. (1974) *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva.
- BRANDÃO, Carlos R. (1986). *Identidade Étnica: Construção da Pessoa e Resistência Cultural*. SP: Brasiliense.
- CUNHA, Manuela. (1979) “*Etnicidade: da Cultura Residual mas Irreduzível*”. SP: Cultura e Política nº01,.
- ELHAJJI, M. (2000). *Da Semiose Hegemônica Ocidental: Globalização e Convergência*. RJ: Eco-Rizhoma.
- FAUSTO, Boris (org.) (2000). *Fazer a América*. SP, Edusp.
- FEATHERSTONE, Mike. ed. (1990). *Global Culture: Nationalism, Globalization and Modernity*. London: Sage.
- GALISSOT, René et alii (2000). *L'imbroglie ethnique*. Paris: Payot.
- HANNERZ, Ulf. (1992). *Cultural Complexity: Studies in the Social Organization of meaning*. NY: CUP.
- HARVEY, D. (1993). *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. SP: Loyola.
- HUNTINGTON, Samuel. (2000). *O Choque de Civilizações*. RJ: Objetiva.
- KOTKIN, Joel. (1993). *Tribes: How Race, Religion and Identity Determine Success in the New Global Economy*. New York: Random House.
- LAWRENCE, E. (org.) (2002). *Cultura Importa*. RJ: Record.
- LESSER, Jeffrey. (2001). *A Negociação da Identidade Nacional*. SP: UNESP.

- LESSER, Jeffrey. (2000). *Immigrants, Minorities, and the struggle for ethnicity in Brazil*. Paper presented at the Conference on "Brazil: Representing the Nation. University of London, November.
- LIMA, M.E.E.T. (1990). *A Construção Discursiva do Povo Brasileiro*. São Paulo: UNICAMP.
- MAFFESOLI, Michel. (1987). *O Tempo das Tribos*. Rio de Janeiro: Forense.
- MEINTEL, Deirdre. (1993). "*Transnationalité et Transethnicité chez des Jeunes Issus de Milieux Immigrés à Montréal*", Revue Européenne des Migrations Internationales. Vol. 9 - N° 3.
- MOYNIHAN, D. P. (1993). *Pandaemonium: Ethnicity in International Politics*. NY: OUP.
- OLIVEIRA, C. Roberto de. (1976). *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira.
- PAIVA, Raquel. (1998). *O Espírito Comum*. Petrópolis: Vozes.
- ROBERTSON, R. (1992). *Globalization: Social Theory and Global Culture*. Londres: Sage.
- RYAN, Stephen. (1990). *Ethnic Conflict and International Relations*. Aldershot: Dartmouth.
- SKLAIR, Leslie. (1995). *Sociology of the Global System*. Baltimore: Johns Hopkins.
- SODRÉ, M. (1999). *Claros e Escuros. Identidade, Povo e Mídia no Brasil*. Petrópolis: Vozes.
- TAYLOR, Charles. (1994) *Multiculturalisme: Différence et Démocratie*. Paris: Aubier.
- VELHO, Gilberto. (1987). *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro, Zahar.
- WIRTH, Louis. (1979). *O urbanismo como modo de vida*. In: VELHO, Otávio Guilherme (org.) *O fenômeno urbano*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- WALLERSTEIN, I. (1991). *Geopolitics and Geoculture: Essays on the changing World-System*. Cambridge: CUP.
- WANIEZ, P e BRUSTLEIN V. (2001). "*Os Muçulmanos no Brasil: Elementos para uma Geografia Social*". In **ALCEU** No. 2. RJ: PUC.
- WILSON, R., Dissanayake, W.(eds.). (1996). *Global/Local*. London: Duke U.P.